

NEGOCIAÇÕES IMPRESSAS:

a imprensa comercial e o lazer dos
trabalhadores no Rio de Janeiro da
Primeira República

*Printed negotiations: the trade press and the working class leisure
in Rio de Janeiro of the First Republic*

Leonardo Affonso
de Miranda
Pereira

Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro
(PUC-Rio)

leonardo@puc-rio.br

RESUMO

Fontes tradicionais da História, os jornais têm desde a década de 1980 sido deixados de lado pelos historiadores sociais interessados em entender o universo dos trabalhadores. Como fruto da negação de uma autoimagem valorosa construída pelos próprios jornalistas ao longo do século XX, a imprensa passou a ser vista como simples instrumento de controle e disciplinarização desses trabalhadores, que ignorava ou atacava suas práticas e costumes. Ao contrário desta imagem, no entanto, o desenvolvimento do sentido comercial da imprensa a partir das últimas décadas do século XIX levou progressivamente os jornais e revistas da capital federal a tentar incorporar, em suas páginas, as práticas e gostos desse público mais amplo. Para entender o sentido e as consequências deste processo, este artigo se propõe a discutir a polifonia e polissemia própria do jornalismo comercial através da análise da cobertura que as folhas empresariais fundadas no Rio de Janeiro do período deram às associações recreativas criadas pelos trabalhadores da cidade.

Palavras-chave: Imprensa; Trabalhadores; Lazer; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Traditional sources for History, newspapers have been, since the 1980s, neglected for social historians interested in understanding the universe of the working class. Because of the denial of a valuable self-image built by the journalists during the twentieth century, the press came to be seen by many historians as a pedagogical discourse that tried to control and discipline the workers and their practices. In contrast to this, however, the development of commercial Press from the last decades of the nineteenth century gradually took the newspapers and magazines of the federal capital to incorporate, on their pages, practices and tastes of this wider audience. To discuss the meaning and consequences of this process, this article aims to discuss the polyphony and polysemy of commercial journalism by analyzing the coverage that these newspapers founded them in Rio de Janeiro gave to the leisure associations created by the local workers.

Keywords: Press; Working class; Leisure; Rio de Janeiro.

Em uma de suas primeiras colaborações na imprensa, o jovem Machado de Assis publicou no *Correio Mercantil* de 10 janeiro de 1859 um ensaio intitulado “O jornal e o livro”. Nele, analisava o surgimento do jornal, visto como o “sintoma do adiantamento moral da humanidade”:

O jornal é a verdadeira república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções.

Capaz de disseminar ideias novas, a imprensa teria, nesta concepção, o papel de universalizar o acesso à reflexão crítica. Como um trem que rasga o sertão, ela teria o poder de levar a todos as luzes do progresso. Escrita por um jovem redator ainda longe de ter a projeção que alcançaria na posteridade, tal reflexão ecoava uma certeza compartilhada por muitos homens de letras do período: a da importância pedagógica da imprensa. Ao jornal caberia o papel de “orientador de seus concidadãos”, na expressão utilizada por Antonio de Medeiros em um artigo publicado na seção paga da *Gazeta de Notícias* em 4 de fevereiro de 1891. As várias folhas eram assim definidas como veículos privilegiados de afirmação da realidade, capazes de moldar, com a ação pedagógica de seus redatores, os contornos da própria sociedade.

Além de alimentar uma autoimagem gloriosa dos homens de imprensa do século XIX, a força desta ideia acabou por se fazer notar em muitas análises historiográficas. A partir de uma visão crítica sobre a suposta objetividade do jornalismo, firmou-se entre diversos historiadores a certeza de que o testemunho dos jornais serviria apenas para a compreensão dos projetos sociais e políticos de seus proprietários e redatores – pois, ainda que se pretendessem universais, as ideias afirmadas em cada folha seriam expressão da perspectiva parcial por elas defendida. Muitos trabalhos chamaram assim a atenção para o fato de que, para além dessa suposição de objetividade, os jornais tentavam moldar a realidade a seu gosto, dando a essa visão parcial o aspecto de “verdades ou pressupostos intocáveis” (SCHWARCZ, 1987, p. 248). Desse modo, para utilizar o jornal como fonte caberia ao historiador atentar para “as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores” (CAPELATO, 2015, p. 115).

Longe de ser encarada como uma fonte objetiva de conhecimento sobre o passado, a imprensa passou a ser vista como um discurso pedagógico que tentava controlar e disciplinar os trabalhadores e suas práticas. O resultado foi que a partir da década de 1980 muitos historiadores, em especial aqueles mais ligados à perspectiva thompsoniana, passaram a buscar outros testemunhos capazes de iluminar a experiência dos próprios trabalhadores, recorrendo a fontes supostamente mais capazes de expressar suas lógicas e perspectivas – como processos criminais, documentação cartorial ou registros policiais (CHALHOUB, 1986; MACHADO, 1987; ESTEVES, 1989). Como mostra Grinberg (2009), a expectativa desses autores era a da “recuperação da voz dos *subalternos*”, de modo a flagrá-los “agindo e descrevendo relações cotidianas fora do espaço do movimento operário, do lugar da fala

política e articulada”. Era assim a tentativa de buscar o testemunho direto desses trabalhadores, supostamente difíceis de se encontrar em uma fonte marcada pelo autoafirmado esforço pedagógico do qual se orgulhavam os jornalistas da Primeira República, que baliava a opção desses autores por este tipo de fonte.

Por mais instigantes que tenham sido os resultados dessa incursão por fontes policiais e judiciais, as análises dela resultantes mostram que o tipo de problema associado a tais testemunhos não é tão diferente daquele relativo à imprensa. Ainda que de formas específicas, todos se estruturam pela lógica de uma ordem exterior ao mundo dos trabalhadores. Se muitos já demonstraram que é por dentro dos mecanismos e linguagens próprios à polícia e à justiça que se articulam os testemunhos dos trabalhadores em tais fontes (LARA; MENDONÇA, 2006), elas devem ser vistas não como expressões puras de suas visões de mundo, mas como um fruto da conexão entre universos culturais distintos.

Pois era justamente o que acontecia com os jornais, ou pelo menos aqueles do Rio de Janeiro das últimas décadas do século XIX. É o que sugeria o próprio Machado de Assis em uma crônica da série “A semana”, publicada na *Gazeta de Notícias* em 6 de agosto de 1893. Para celebrar os dezoito anos da folha, da qual era colaborador fiel desde a década anterior, definia sua fundação como o marco inicial do processo de institucionalização de um novo modelo de imprensa no Brasil. Enquanto as antigas folhas “serviam a partidos políticos” e vendiam-se apenas por assinatura, sem preocupação de alcançar parcelas mais amplas da sociedade, o novo jornal teria na busca de novos leitores sua característica principal. De um lado, inaugurava a distribuição pelas ruas, com vendedores “berrando a notícia” pela cidade “com a *Gazeta* debaixo do braço e o pregão na boca”; de outro, incorporava temas de interesse do público e seções leves destinadas à literatura e ao lazer, que conferiam a seus textos uma leveza já distante do aspecto sisudo dos outros jornais – adotando formas de diagramação e editoração que valorizavam a especialização das colunas, o noticiário sobre temas do interesse do público e a colaboração literária. Era ainda vendida a um preço mais baixo que as congêneres, em estratégia que visava levantar o interesse de grupos em geral distantes da leitura das folhas diárias.

Ao adotar tal feição, a *Gazeta* teria sido responsável, segundo Machado de Assis, por uma “revolução” que viria a definir um novo padrão para o jornalismo carioca. Para além do visível esforço do cronista em construir uma memória valorosa para o jornal no qual trabalhava, suas lembranças atestavam uma realidade bem conhecida por seus contemporâneos: a profunda transformação atravessada pela imprensa entre as décadas de 1870 e 1890. No vácuo deixado pelo fim de antigas folhas, como o *Correio Mercantil*, que desaparecera em 1868, e do *Diário do Rio de Janeiro*, que encerrou suas atividades dez anos depois, surgiam no final do século XIX novos títulos como *O Paiz*, criado em 1883; o *Diário de Notícias*, fundado em 1885; e o *Jornal do Brasil*, criado em 1891 por um grupo monarquista, mas reformulado em 1894 dentro dos mesmos padrões comerciais. Apesar de suas muitas diferenças políticas e editoriais, todas essas folhas tinham em comum a adoção de

um modelo que se assemelhava àquele adotado pela *Gazeta de Notícias*, com uma diagramação leve e a mesma abertura para os interesses e gostos do público (PEREIRA, 1997).

Na base desta transformação, que acompanhava processo semelhante ocorrido em todo o mundo (HABERMAS, 2003), estava a redefinição dos objetivos das empresas e grupos que editavam as folhas. Afastando-se da simples pregação partidária, elas passavam a ser produzidas dentro de uma lógica empresarial (SODRÉ, 1966). Era o caso da própria *Gazeta de Notícias*: fundada como uma “sociedade em comandita” da qual participavam diferentes sócios, com um capital inicial de 30 contos de réis – dos quais apenas três vinham dos três jornalistas que a fundaram (COMO SE FEZ A GAZETA DE NOTICIAS, 1895) – a folha se apresentava ao público como uma empresa jornalística em busca de lucro. Ainda que não deixassem de se posicionar e de atuar politicamente, folhas como a *Gazeta* se configuravam assim como instituições comerciais, dependente de suas vendas e primordialmente interessadas em seus lucros.

Dentro desta lógica, não é de se estranhar que estes jornais adotassem em relação ao mundo das ruas uma posição muito mais complexa do que a da simples afirmação dos interesses sociais e políticos dos grupos empresariais que os controlavam. Em uma cidade que tinha em 1920 mais de 1.100.000 habitantes, dos quais 61,8% sabiam ler (RECENSEAMENTO, 1929, p. IX-X), não bastava aos jornais atender aos interesses do restrito mundo de leitores habituais. Era a possibilidade de expandir esse universo, atraindo um novo público ainda pouco familiarizado com a leitura cotidiana dos jornais, que alteraria as formas de relação estabelecidas com seu público. Resulta, desse esforço, a necessidade de atentarmos para outras dimensões do testemunho da imprensa, que não se encerram nas intenções daqueles que a redigem: a dos diálogos e negociações que elas estabelecem com os possíveis leitores, de forma a atrair seu interesse.

Para tentarmos entender como essas negociações afetam o testemunho da imprensa comercial do período, de modo a fugirmos de uma visão unívoca que enxerga nela apenas a perspectiva de jornalistas ou de empresários, cabe assim compreendê-las através da análise de um fenômeno específico, que marcou a experiência dos trabalhadores de ambos os sexos no período: o associativismo dançante, uma das principais opções de lazer dos trabalhadores cariocas, que se caracterizava pela criação de dezenas de clubes dedicados à dança em todos os bairros da cidade (PEREIRA, 2015). Distante dos grandes temas das letras ou da política, trata-se de um dos muitos assuntos nos quais transpareciam diariamente, nas páginas de diferentes jornais, modos diferentes de se relacionar com o jornalismo, que apontam para os muitos conflitos e disputas habitualmente escondidos sob a imagem unívoca da objetividade ou de sua negação. Através dele, é possível analisar tanto as diferenças entre as folhas, patentes em sua cobertura do fenômeno, quanto o modo como cada uma delas se colocava como arena de expressão de diversas vozes e sentidos sobre tal fenômeno.

Uma arena de diferenças

Para além do discurso comum da objetividade, que tenderia em sua forma ideal a igualar o noticiário de todas as folhas do período, a forma assumida pelos jornais comerciais da cidade do Rio de Janeiro era marcada pela proposta específica de cada publicação. Se todas tinham em comum a necessidade de buscar o interesse do público, esta busca se apresentava de forma variada de acordo com o tipo de leitor que cada publicação pretendia atingir. Tais diferenças se expressavam, dentre outros temas, na cobertura diferenciada que elas dariam à febre dançante que se espalhou pelo Rio de Janeiro desde os últimos anos do século XIX.

Trata-se de um fenômeno que, em seus primeiros tempos, se desenvolveu à margem dos grandes jornais da cidade. O fim da escravidão em 1888 e a mudança do regime político no ano seguinte tiveram, como uma de suas consequências, a necessidade de remodelação das formas tradicionais de lazer dos trabalhadores da cidade, em especial dos negros e pardos. Se no regime escravista esse lazer era organizado sob a proteção e tolerância dos senhores, que permitiam e amparavam os muitos batuques e festas negras que se organizavam na cidade, o regime republicano viria a tolher esse direito costumeiro na tentativa de controlar o lazer desses trabalhadores. Como consequência, muitos grupos de trabalhadores passaram a tentar afirmar suas práticas de lazer através da criação de sociedades recreativas. Dentre elas, destacavam-se aquelas voltadas para atividades dançantes ou carnavalescas, que se proliferavam por toda a cidade. Como resultado, *O Paiz* noticiava em 20 de fevereiro de 1898 o licenciamento, pela polícia, de mais de 50 sociedades do gênero, enquanto em 1904 o delegado do distrito de Santana, de forte presença negra, atestava ao Chefe de Polícia que só ali já funcionavam 27 associações diferentes dedicadas à dança, cada uma delas com cerca de 20 a 40 sócios.¹ “Quase não há rua que não possua o seu *club* carnavalesco”, testemunhava João do Rio em 11 de fevereiro de 1904 pelas páginas da *Gazeta de Notícias*.

Apesar da força do fenômeno, os jornais da cidade demoraram a dedicar a ele maior atenção. Voltadas de início para o público letrado que podia consumir seu produto, as empresas jornalísticas enfatizavam em sua cobertura recreativa, até a década de 1890, as atividades patrocinadas pelas chamadas Grandes Sociedades Carnavalescas – associações formadas por comerciantes e homens de letras, marcadas pelo luxo de seus bailes e desfiles e pelo caráter europeizado de suas celebrações (PEREIRA, 2004). Era o caso da própria *Gazeta de Notícias*, que ao longo da década de 1890 apenas tratava desses pequenos clubes em notas ligeiras que reproduziam de forma sucinta a relação das sociedades licenciadas pela polícia.²

No começo do século XX, no entanto, essas pequenas associações conseguem aos poucos ganhar espaço na folha. Se veículos mais tradicionais como o *Jornal do Commercio* – autointitulado “defensor das classes conservadoras do Brasil” (BARBOSA, 2007, p. 39) – contavam com uma penetração em setores comerciais e empresariais que lhes permitiria

ignorar por mais tempo a força de fenômenos como a febre dançante, as folhas mais dependentes de suas vendagens avulsas se viam obrigadas a atentar para fenômenos como a febre dançante. A coluna carnavalesca da *Gazeta de Notícias* passou assim a incorporar pequenas notas sobre as atividades de clubes como os Pingas Carnavalescos, do Engenho de Dentro, ou o Flor da Lira, de Bangu (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18/02/1901; 21/10/1904).

De início ocasionais, notas como estas se fizeram mais frequentes com o correr dos anos, passando a partir de 1905 a aparecer em uma nova coluna intitulada “Os subúrbios”. Ao anunciar no dia 30 de março daquele ano seu início, o jornal afirmava estender através dela o “círculo de sua ação, penetrando com interesse nesses centros populosos em que a vida se faz sentir em todas as suas manifestações”. Na tentativa de atrair este público suburbano, a folha propunha-se assim a reconhecer a “importância dos subúrbios”, abrindo suas páginas tanto para a “remessa de queixas e reclamações de caráter não pessoal, por meio de correspondência” dirigida à redação, quanto para as notícias de interesse dos moradores da região colhidas pelos correspondentes locais da folha.

Somente em 1906, no entanto, a *Gazeta de Notícias* incorporaria definitivamente a cobertura das festas e desfiles patrocinados pelas pequenas sociedades dançantes e carnavalescas. Em uma nova seção chamada “O carnaval de 1906 – Os nossos grupos carnavalescos”, a folha passava no dia 4 de fevereiro daquele ano a noticiar cotidianamente, com significativo destaque, as atividades de pequenas associações que até então não tinham espaço em seu noticiário. “A lista da polícia é enorme, e figuram nela para mais de cem grupos”, reconhecia o redator da coluna, mostrando ser ela imposta pela inescapável força de um fenômeno que por tempos a *Gazeta* tentou ignorar. Ainda que continuasse a defender que a “psicologia” dos cordões não seria “das mais fáceis nem também das mais profundas”, parecendo duvidar da qualidade da folia promovida por aqueles grupos, reconhecia que “eles realmente inflamam todo o nosso público com os seus batuques atroadores”. A reboque do processo de proliferação de pequenos clubes dançantes por toda a cidade, abria-se no jornal um espaço efetivo para o noticiário acerca desse tipo de associação, que se manteria forte ao longo das décadas seguintes.

De forma semelhante à *Gazeta*, outros grandes jornais do período começariam a atentar para a força das atividades patrocinadas pelos pequenos clubes dançantes. O modo pelo qual o faziam dava a ver, no entanto, as diferenças entre suas orientações políticas e empresariais. Era o caso do jornal *O Paiz*. Ligado mais diretamente aos primeiros governos republicanos (CUNHA, 1976), que começavam naqueles anos a investir em reformas capazes de transformar o Rio de Janeiro em um farol da República que se tentava afirmar (NEVES, 2003), o jornal se mostrava muito menos aberto a manifestações que ajudassem a deslocar este foco. Ainda que adotasse padrões comerciais semelhantes aos da *Gazeta*, não se abria como a concorrente para as atividades das associações recreativas formadas por trabalhadores. Em 20 de março de 1906, quando começa a publicar sua própria seção dedicada aos subúrbios, sua nota inicial deixava claro que aquele espaço se limitaria a

retratar o “desenvolvimento” da região suburbana, que segundo a folha demandaria uma “atenção especial”. Desse modo, a seção não chegava a cobrir as atividades dançantes dos habitantes locais – ainda que por vezes destacasse outras formas de associativismo local supostamente mais elevadas, como as agremiações destinadas a defender o “progresso moral, intelectual e material das estações suburbanas” ou os clubes esportivos que aparecem na coluna de 18 de julho daquele ano.

Mesmo no noticiário carnavalesco, a folha dedicava de início pouco espaço às notícias sobre os clubes formados por trabalhadores, retratados em pequenas notas sem maiores informações. Frente ao destaque dado a eles pela *Gazeta de Notícias* em 1906, este espaço se tornou um pouco maior a partir de 1907, mas sem chegar ao detalhamento das descrições da concorrente. Interessado em fomentar o espírito republicano dos trabalhadores que compunham tais associações, era assim para as Grandes Sociedades carnavalescas que o jornal continuava a dedicar sua atenção, apesar da progressiva diminuição de sua importância. Até o final da década de 1900, *O Paiz* não chegou, assim, a abrir espaço em suas páginas para esses pequenos clubes dançantes, que somente apareceriam com destaque em seu noticiário nos momentos em que se envolviam em incidentes extraordinários.

Muito diferente, nesse sentido, era o caso do *Jornal do Brasil*. Lançado por Rodolfo Dantas, um ex-ministro do Império, no dia 9 de abril de 1891 – momento que o editorial de estreia do jornal definia como “realmente crítico até para a imprensa, mas sobretudo para o país” –, ele se apresentava inicialmente ao público como uma folha de oposição ao governo republicano recém-constituído (BARBOSA, 2000). Vendido por 40 réis, preço igual ao dos dois principais concorrentes, ele apresentava, a princípio, poucas e raras referências aos pequenos clubes dançantes. Por suas posições políticas antirrepublicanas, no entanto, foi interrompido em 30 de setembro de 1893, voltando a circular somente em 15 de novembro do ano seguinte, dia em que se encerrava o governo de Floriano Peixoto. Dirigido então pelo jornalista Fernando Mendes de Almeida, expunha na sua capa a imagem do presidente que saía e a de Prudente de Moraes, que tomava posse naquele dia, como a afirmar a desistência do ideal monárquico anterior. Junto a esta mudança de perspectiva política, adotava também uma forma mais leve, que abria maior espaço para a colaboração literária, para novas colunas e para mais anúncios. Incorporava ainda mais diretamente os interesses e reclamações dos leitores, o que faz através de colunas como a “Queixas do Povo”, publicada a partir do dia 17 de novembro daquele ano (SILVA, 1988). Configurava-se, com isso, a deliberada intenção de atrair um público leitor mais amplo, capaz de sustentar a folha nessa sua nova fase.

Foi nesse contexto que o *Jornal do Brasil* passou a se abrir, muito antes que seus concorrentes, para as atividades patrocinadas pelos clubes dançantes formados por trabalhadores. Se nos primeiros anos desta nova fase a cobertura de suas atividades aparecia em poucas linhas de colunas como a “Palcos e salões”, aos poucos eles aumentam seu espaço na folha. Mais do que dar destaque gráfico ao nome do grupo em questão, o jornal

passava a descrever com mais detalhes suas atividades – como faz em 23 de outubro de 1899 em relação a uma festa do Congresso Musical Estrela da Aurora, um desses pequenos clubes dançantes que havia realizado um “esplendido baile” noticiado em detalhes no jornal. Quando se abre o século XX, o *Jornal do Brasil* já era assim reconhecido como o principal aliado daquele tipo de sociedade, o que levava suas diretorias a elegê-lo como veículo privilegiado de divulgação de suas atividades através de anúncios pagos. Não é de se admirar, por isso, que no dia 17 de dezembro de 1900, momento no qual o jornal completava o sexto aniversário desta nova fase, ele recebesse uma carta de saudação da diretoria dos Pingas Carnavalescos, do Engenho de Dentro, que o definia como “o campeão da imprensa brasileira”.

Eram assim os interesses comerciais e políticos imediatos de cada folha que ditavam o ritmo e a intensidade da relação que elas estabeleciam com o mundo das ruas. Se todas afirmavam se apoiar no princípio da objetividade, as formas diversas de aproximação e incorporação de um fenômeno cuja força entre os trabalhadores era notada por qualquer contemporâneo evidenciava como ela estava sujeita a estratégias e lógicas que separavam as diferentes folhas. Era esta lógica que explicava o ritmo de surgimento, em diferentes jornais, de diferentes tipos de colunas dedicadas aos trabalhadores – como aquelas relativas ao movimento operário, aos subúrbios ou às reclamações orais de leitores que não saberiam escrever cartas às redações. Através destas opções, cada empresa jornalística tentava construir seu público, definindo o perfil dos leitores que pretendia alcançar. Nesses caminhos, no entanto, eram também construídas por este público, sendo obrigadas (em maior ou menor grau) a dialogar com questões, temas e lógicas por vezes distantes dos ideais dos que as dirigiam e redigiam.

Vozes dissonantes

O resultado da tensão entre a proposta editorial dos grupos empresariais que patrocinavam cada folha e as expectativas dos diversos grupos de leitores que podiam ter por elas algum interesse se expressa, em primeiro lugar, na polifonia que caracterizava os jornais do período. No intuito de chamar o interesse do leitor, os jornais comerciais que se afirmam a partir das últimas décadas do século XIX haviam se aberto para diferentes seções e colunas que tentavam contemplar o interesse de certos grupos de leitores. Estas tanto se voltavam para temas e questões específicas, como os crimes, o esporte ou a vida suburbana, quanto incorporavam colaboradores que nem sempre faziam parte das redações ou comungavam dos mesmos ideais de seus diretores, como os responsáveis pelas crônicas literárias e seções teatrais. O sentido comercial das folhas diárias fazia ainda com que elas estivessem permanentemente abertas a colaborações pagas, fosse através de artigos publicados nas seções de “a pedidos” ou dos próprios anúncios que ajudavam a sustentar financeiramente os jornais. Por mais que cada veículo tivesse seu próprio programa, com interesses e ideais diferenciados, eles abrigavam assim uma diversidade de vozes que não podem ser descon sideradas na análise de um jornal comercial.

É o que sugere o modo pelo qual apareciam, nas folhas comerciais do período, os pequenos clubes dançantes. Como visto, esses conquistaram no início do século XX um espaço próprio em muitos dos mais importantes jornais da capital federal. Fosse nas colunas carnavalescas ou em seções próprias dedicadas às festas e bailes organizados na cidade, a maior parte das folhas passou por volta de 1910 a dedicar um espaço especial a esse tipo de associação. Antes que isso acontecesse, no entanto, esses clubes já apareciam com frequência em outro espaço do jornal, no qual continuariam a figurar mesmo depois de merecerem colunas próprias: as colunas policiais. Alvos do esforço de controle e disciplinarização que se abatia sobre as “classes perigosas” (CHALHOUN, 1996), os trabalhadores tinham suas práticas recreativas, como a dança e os bailes, sujeitas a uma constante vigilância e desconfiança. Como resultado, cada incidente ocorrido nos clubes por ele organizados mereceu, desde os primeiros anos da República, um significativo destaque nas páginas da imprensa comercial.

Era o que acontecia, em 1912, com a Sociedade Dançante e Carnavalesca Caçadores da Montanha, do Catete. Formada por trabalhadores negros, ela figurou nas colunas policiais de todos os grandes jornais da cidade no dia 2 de outubro de 1912 por conta de um crime ocorrido a quilômetros de distância de sua sede. Como noticiava o jornal *O Paiz* em sua quarta página, sob o título “Por causa da Margarida”, tratava-se de um conflito ocorrido na véspera entre Laudelino Silva e João Alves, dois trabalhadores que haviam se enfrentado no dia anterior na travessa Alice, em São Cristóvão. Segundo a matéria, depois de discutirem na rua, Laudelino teria ameaçado atacar o oponente com sua navalha. Em resposta, este “avançou para Silva”, o que o levou a cumprir a ameaça e usar sua arma para ferir João Alves na cabeça. Ao ouvir seus gritos de socorro, a polícia do 13º Distrito chegou para resolver a questão, e “prendeu o agressor em flagrante”, levando a vítima para ser medicada na assistência pública.

À primeira vista, o caráter aparentemente banal do conflito não parecia suficiente para justificar o destaque que lhe foi dado nas páginas de *O Paiz*, que tratou do caso com uma das notícias em realce na cobertura policial e deu a ela um espaço maior do que aquele usualmente dedicado a pequenas agressões do gênero. O subtítulo da matéria, “Do forrobodó ao Corta Jaca”, deixava claro, porém, que não se tratava de uma briga qualquer, des-sas que aconteciam a cada dia por toda a cidade. Sua peculiaridade estava na ligação entre este conflito e a ambiência de clubes como aquele do qual faziam parte, cujos bailes eram tratados habitualmente pela grande imprensa como “forrobodós”. Este era o título de uma peça de teatro ligeiro representada naquele ano que tinha seu enredo centrado justamente em um baile promovido por uma associação do gênero, na qual os pares costumavam dançar ritmos sincopados como o “corta-jaca” – nome atribuído por Chiquinha Gonzaga a um dos maxixes que havia composto anos antes para uma peça de teatro ligeiro (LOPES, 2006; DINIZ, 2009).

No caso em questão, os dois contendores teriam iniciado sua rixa em um dos bailes

do Caçadores da Montanha, no qual teriam disputado o mesmo par – a jovem Celina de Souza, residente na rua onde os dois adversários se enfrentariam dias depois ao tentarem visitá-la. “Aí está a história de uma margarida que começou em um baile e terminou em um corta jaca”, finalizava o redator da notícia, sugerindo através do trocadilho rasteiro a natural ligação entre o crime e o tipo de atividade à qual se dedicava o clube. Ao articular uma cena que envolvia violência e imoralidade, o caso servia assim para que o redator do jornal afirmasse uma desconfiança generalizada sobre essas pequenas associações dançantes formados por trabalhadores, cuja ambiência seria propícia para esse tipo de desvio.

Casos como este eram frequentes nas páginas da imprensa carioca desde que os clubes dançantes formados por trabalhadores começaram a se proliferar. “Todos sabem o que é um clube carnavalesco, pitorescamente batizados com as mais bizarras e estapafúrdias denominações”, explicava no dia 6 de janeiro de 1906 um redator policial da *Gazeta de Notícias* para introduzir e justificar a notícia de um crime ocorrido nos salões da Sociedade Amantes de Santa Tereza – uma dessas sociedades nas quais “o modesto e humilde pedreiro, que nos rebocou a parede o mês passado”, divertia-se “glorioso e cheio de orgulho”. A própria oposição feita pelo redator entre “nós” (os leitores habituais do jornal) e “eles” (os trabalhadores que frequentavam clubes como aquele) evidenciava o caráter exterior a partir da qual ganhava forma este tipo de notícia, que retratava com ares de estranhamento e condenação uma prática recreativa distante dos padrões idealizados no período pelos homens de letras.

Não era apenas no noticiário policial, no entanto, que este olhar exterior sobre tais sociedades se manifestava. Junto à condenação de suas práticas sugerida pelo noticiário criminal, os jornais traziam desde o início do século XX crônicas literárias que tratavam também de tematizar o fenômeno. Sem confundir-se com as colunas policiais, esses textos se preocupavam, com frequência, em testemunhar e analisar a força do fenômeno – como fez Viriato Correia na *Gazeta de Notícias* em 2 de abril de 1907 em uma crônica intitulada “Sábados do Rio”. Depois de afirmar que “à noite o Rio é da gente modesta e da gente pobre”, fala das “criadas que, nos fundos, estão fermentando alegrias para mais tarde, nos bailes”. “Vêm-nos servir o jantar, com papelotes nos cabelos ou penteadas, já de calçados nos pés e joias *montanas* nas orelhas e nos dedos”, continua o cronista, a marcar também a distância social que separava os partidários do fenômeno que descreve daqueles que, como ele, eram habitualmente servidos por tais sujeitos.

Mais do que afirmar esta diferença, no entanto, Viriato Correia faz dela matéria para sua crônica, que se propõe a dar a ver ao leitor habitual da folha a força de um ambiente social talvez por ele desconhecido. Longe de ver ali o perigo sugerido pelas colunas policiais, é o caráter pitoresco dessas sociedades que era em geral valorizado na pena dos cronistas como ele. “Nas sociedades dançantes há bandeiras nos topos dos mastros, gambiarras cintilando e folhagens nas varandas. Roncam tambores e guincham clarinetes, e a rapaziada viravolta pela sala, aos empurrões e aos requebros”, explica. Ainda que escritas

sob uma perspectiva preconceituosa e pretensamente superior similar àquela presente nas colunas policiais, crônicas como estas deixavam clara a força e originalidade do lazer que era então patrocinado por gente como “a costureirinha que se está a derreter para aquele mulatinho cocheiro”, a “mulata catita que se retorce muito e que lampeja os dentes alvos”, o “*cabra escovado* que usa calças brancas e cinto largo” ou os “cigarreiros, criados de bo-tequim” e outros trabalhadores do período. Não por acaso o tema se impôs cada vez mais aos cronistas à medida que os clubes se proliferavam, aparecendo nos anos seguintes nas crônicas escritas por autores tão diversos como João do Rio, Lima Barreto e Coelho Netto.³

Ainda que em perspectiva exterior, o noticiário criminal e as crônicas literárias testemunham assim a força de fenômenos sociais ligados ao mundo dos trabalhadores que muitos contemporâneos lutavam através da imprensa para controlar e entender. Era mesmo nas colunas carnavalescas e recreativas, no entanto, que a vitalidade de tais práticas se expressaria de forma mais direta. Impostas aos jornais pela força assumida pelo associativismo dançante dos trabalhadores, elas constituíam seções que tinham como público preferencial justamente aqueles que compunham tais clubes ou outros trabalhadores que podiam se interessar em frequentar suas atividades. Por esse motivo, nelas desaparecia tanto a perspectiva de suspeição que marcava o noticiário policial sobre tais clubes quanto o estranhamento com o qual eles eram retratados no período em crônicas literárias.

Significativo, a tal respeito, é o modo pelo qual costumava aparecer em tais colunas a Sociedade Dançante Caçadores da Montanha, alvo de aberta suspeição na notícia publicada em 1912 no jornal *O Paiz* a respeito do crime envolvendo um de seus sócios. Em 15 de fevereiro de 1906, mesmo ano no qual começou a incrementar sua cobertura carnavalesca, a *Gazeta de Notícias* noticiava um baile que seria organizado por esta “simpática e querida sociedade de Momo”. Além de elogiar de forma exagerada os “seus grandiosos e luxuosos salões”, a nota tratava de oferecer ao leitor interessado no evento todas as informações sobre ele – como o endereço da sociedade e as datas nas quais realizavam seus festejos. “Todo o Catete fica em festa quando eles ensaiam”, continuava o redator da notícia, para quem “tudo está ali bem feito e tudo por ali progride”. Por fim, preocupava-se em nomear toda a diretoria do clube, terminando com uma saudação a ele: “vivam os Caçadores”!

Colunas como estas, que em pouco tempo apareceriam em todos os jornais comerciais da cidade, se converteriam assim em espaço de expressão e defesa da ordem, moralidade e animação que seria própria a esses clubes. Mesmo n’*O Paiz*, em cujas colunas policiais os Caçadores da Montanha apareceriam em 1912 como um ambiente de violência e imoralidade, o tom da cobertura carnavalesca não era diferente. Em nota publicada em 23 de janeiro de 1910 em sua seção dedicada ao “Carnaval”, apareciam elogios ao clube semelhantes àqueles utilizados anos antes pelo redator da folha rival – com saudações ao “capricho com que estão ensaiando os seus lindos cantos” e ao “grande corpo de coros, peixe, balizas, que executam complicadas danças ao som de uma orquestra composta de 12 figuras”. Como de costume, a nota terminava com os nomes completos de todos os

diretores do clube. Reproduzia-se, desse modo, um padrão que se tornara comum a todas as folhas comerciais da cidade, que ofereciam a clubes do gênero o mesmo espaço de expressão em suas páginas.

Além de permitir a divulgação, em perspectiva positiva, das atividades patrocinadas pelos trabalhadores que compunham estes clubes, as colunas carnavalescas serviam como espaço de expressão dos próprios clubes. Entregues a cronistas mais familiarizados com essa ambiência recreativa dos trabalhadores – como Francisco Guimarães, o Vagalume, um jornalista negro que a partir de 1910 se torna responsável pela cobertura carnavalesca do *Jornal do Brasil* (PEREIRA, 2015) –, estas colunas divulgavam pedidos para que as diversas sociedades enviassem as informações que queriam ver publicadas. O caráter padronizado de muitas dessas notas, que aparecem de forma semelhante em veículos diversos, sugere que este era um recurso utilizado com frequência pelos clubes, ainda que fosse o autor da coluna que assinasse o texto. Da mesma forma, eles publicavam com grande frequência as letras das músicas cantadas pelos membros dessas associações em seus desfiles e bailes, abrindo espaço nas folhas para a expressão de uma prática cultural própria aos trabalhadores que compunham tais grêmios. Por fim, a partir dos primeiros anos do século XX os jornais passaram a reproduzir naquele espaço fotografias desses clubes, muitas vezes tiradas e enviadas por seus próprios sócios – como acontecia com o próprio Caçadores da Montanha, que teve a foto de sua diretoria publicada pelo *Jornal do Brasil* em 26 de fevereiro de 1911. Mais do que um espaço de defesa desses clubes dentro do jornal, colunas como estas se convertiam em meios diretos de expressão do modo pelo qual se apresentavam seus componentes.

Note-se, por fim, a existência nos jornais comerciais de um último espaço no qual trabalhadores como os que compunham o Caçadores da Montanha podiam se expressar: as seções pagas. Se nas colunas carnavalescas a possibilidade de expressão dos trabalhadores que compunham as pequenas sociedades estava necessariamente mediada pelas decisões do redator de cada coluna e pelas regras editoriais de cada folha, as publicações “a pedido” e as notas publicadas nos classificados eram de inteira responsabilidade daqueles que as publicavam. Tratava-se de um recurso utilizado com grande frequência por clubes como o Caçadores da Montanha, que costumava publicar a convocação para seus bailes e assembleias em pequenas notas nas seções de anúncios ligeiros.⁴ Ainda que seja difícil saber ao certo os valores pagos para isso, que variavam de folha para folha (o que pode ajudar a explicar o fato de que a maior parte dessas associações privilegiasse para isso o *Jornal do Brasil*), através desta possibilidade os diretores de cada clube falavam diretamente aos seus sócios e demais interessados por suas atividades, sendo possível tentar compreender através desses registros os códigos através dos quais o faziam.

Percebe-se, desse modo, que os jornais comerciais se constituíam em espaço múltiplo, aberto a diferentes testemunhos – que iam da viva condenação a certa prática ou grupo à sua defesa mais entusiasmada. Compostos por uma variedade de perspectivas, elas

apresentavam uma polifonia que se constituía em uma das características mais marcantes da forma assumida pela imprensa no período. Sem restringir-se às atividades carnavalescas, esta polifonia era fruto do próprio desenvolvimento comercial da imprensa, que levava a um processo de especialização de colunas e seções que tentavam abarcar o interesse de novos grupos de leitores. Ao invés de apostar na harmonia suposta pela ideia de que se pode buscar o testemunho de cada folha de forma unívoca, expresso que ele seria pelos projetos e interesses de seus proprietários ou diretores, cabe assim encará-la como um tipo de registro constituído pelo diálogo entre essas diferentes vozes – o que muitas vezes nos permite compreender as tensões e conexões entre elas, em um conflituoso processo de comunicação que teve no jornalismo comercial do período uma de suas arenas principais.

Sentidos negociados

Além de se expressar através da publicação de diferentes perspectivas sobre cada tema, a necessidade de se render aos interesses do público levava também as folhas a temperar o tom de suas críticas ao mundo das ruas, de modo a não afastar os possíveis leitores interessados nas práticas e experiências ligadas a ele. Ao mesmo tempo, no entanto, precisavam contemplar as opiniões e perspectivas de seus leitores habituais, propensos a olhar de forma crítica esse novo universo de práticas que passava a ganhar as páginas dos jornais. Como resultado, outra das características marcantes da imprensa no período era sua tendência à polissemia, que muitas vezes permitia que seus registros fossem passíveis de diferentes leituras de acordo com o lugar social do leitor.

Não se tratava, contudo, de uma peculiaridade da imprensa. O processo de massificação cultural que levava grupos sociais diversos a compartilhar os mesmos produtos já se fazia notar de forma intensa, desde o final do século XIX, no chamado teatro ligeiro – aquele que, sem grandes pretensões artísticas, era movido pela necessidade de agradar o interesse do maior público possível, de modo a incrementar a renda da bilheteria. Era caso das chamadas revistas de ano, um gênero teatral que se afirmou na cidade a partir de 1886 – quando foi representada no Teatro Lucinda a peça *O Bilontra*, de Arthur Azevedo”. Como demonstrou Fernando Mencarelli, tratava-se de um tipo de peça cujo grande sucesso se baseou em sua capacidade de dialogar com a experiência de diferentes sujeitos. Formadas por fragmentos articulados por um fio narrativo tênue, tais representações se abriam à incorporação de uma grande variedade de registros – que iam desde os símbolos da cultura cosmopolita então valorizados pelas elites quanto marcas de um universo de experiências de todo distante dela, como a música, as formas de vestir e de falar dos muitos trabalhadores da cidade. Na tentativa de alcançar a empatia de um público amplo e diversificado, aquele gênero teatral constituiu assim um caminho de sucesso através de sua força polissêmica, que permitia que as peças fossem apreciadas, ainda que de formas diversas, tanto por aqueles sentados nos lugares mais caros quanto pelo público modesto das torrinhas (MENCARELLI, 1999).

Não seria diferente a lógica assumida no período pelos jornais comerciais, em especial aqueles mais dependentes de suas vendas. Ainda que claramente adeptos de uma perspectiva cosmopolita que tentava aproximar a capital federal dos padrões de civilização que vislumbravam nas grandes capitais europeias, seus diretores e redatores frequentemente davam forma a notícias redigidas de forma a não desagradar esses diferentes públicos.

Significativo a tal respeito era o modo pelo qual o *Jornal do Brasil* noticiou em 2 de outubro de 1912, sob o título “Facada”, o conflito ocorrido entre os dois trabalhadores que haviam na véspera se desentendido nos salões dos Caçadores da Montanha. Se nas páginas de *O Paiz* o caso era ligado de forma mais direta à ambiência de clubes como aqueles, na narrativa do concorrente, já reconhecido então por sua busca de popularidade (SILVA, 1988), o caso ganhava contornos mais sutis. Ao invés de abrir a notícia pela descrição da briga ou mesmo do baile, seus redatores optam por iniciá-la com a descrição das tentativas anteriores dos opositores em “conquistar” Celina de Souza, residente à travessa Alice, local no qual se enfrentaram. Apaixonados pela mesma mulher, os dois a teriam encontrado no baile do Caçadores da Montanha, ocasião em que ficou clara a disputa amorosa que se anunciava. “Laudelino, que ia disposto a fazer pirraça ao rival, ofereceu a Celina a flor que levava à lapela”, relata a notícia, explicando que isso “despertou no espírito de João Alves a ideia de um desforço”. Nesta perspectiva, o confronto ocorrido no dia seguinte teria sido motivado por esta paixão comum, e não pelos vícios ou degenerações próprios daquele espaço dançante ou dos sujeitos que os frequentavam.

Ao abordar dessa forma um caso que podia se resumir a uma simples facada desferida por um trabalhador sobre outro no meio da rua, o *Jornal do Brasil* evidenciava o cuidado narrativo que marcava, no período, a cobertura de muitas das folhas comerciais ao mundo das ruas. Com o tratamento novelesco dedicado frequentemente a crimes banais como este, a imprensa do período frequentemente constituía narrativas que extrapolavam em muito os casos em questão, que se convertiam em meio de exposição e reflexão sobre questões sociais mais amplas (OLIVEIRA, 2014). As notícias criminais do período se tornavam, com isso, passíveis de diferentes leituras e interpretações, como acontecia no caso dos dois sócios do Caçadores da Montanha. Por um lado, fica evidente na notícia a associação entre esse mundo e a violência dos sujeitos que dele faziam parte, ressaltada já no título da matéria – que reafirmava a muitos leitores distantes desse mundo suas certezas sobre a necessidade de civilização desses sujeitos. Por outro, no entanto, o modo pelo qual ela era construída permitia que muitos leitores mais próximos desses ambientes reconhecessem no caso uma tragédia de exceção que, ligada à experiência dos trabalhadores que frequentavam clubes como aqueles, expressava apenas a força humana das paixões, passível de gerar a violência em qualquer classe social. Ao invés de parecer uma simples condenação do barbarismo próprio aos trabalhadores, a matéria podia ser assim lida como reconhecimento e valorização do ambiente daqueles clubes que eles frequentavam.

Sem constituir exceção, esta lógica já se manifestava havia anos em muitas outras

notícias sobre os trabalhadores e suas práticas recreativas publicadas por diversas folhas do período. É o que mostrava o modo pelo qual elas cobriram, em 6 de janeiro de 1906, um assassinato semelhante ocorrido entre membros da sociedade dançante Amantes de Santa Teresa, também formada por trabalhadores. No caso em questão, Libindo Vieira, então presidente da associação, se desentendeu durante um baile com Manuel Ribeiro, fiscal da sociedade. Cabendo a este a garantia da ordem dos salões do clube, ele teria repreendido o presidente que se excedia nas danças. Teria se iniciado então uma desavença que terminou, dias depois, com os tiros disparados por Libindo contra o rival, que acaba morto.

Pela gravidade do ocorrido, o caso ganhou as páginas dos principais jornais da cidade. O modo pelo qual ele era tratado já denunciava, no entanto, as ambiguidades do noticiário dessas folhas. A *Gazeta de Notícias*, por exemplo, começa sua descrição do crime pela condenação de seu autor. “Tem evidentemente a tara do criminoso esse rapaz Libindo Vieira”, afirma a notícia em seu início, sugerindo em seguida o sentido racializado dessa tara ao descrever o criminoso como um “moreno escuro, olhos redondos e negros, estriados em volta por um tênue filete sanguíneo, que em certas ocasiões se dilata e parece espalhar por todo o rosto, redondo e cheio, um sinistro reflexo”. Nota-se, no trecho, a suspeita prévia lançada por indivíduos pardos como ele, cujos traços são associados como que naturalmente ao perigo e à violência. Ainda que com menos ênfase, o mesmo tom de suspeita sobre o criminoso era lançado pelo redator do *Jornal do Brasil*, que descrevia o criminoso como um “cabra sarado” que quis “virar o baile em frege”. Apesar das diferenças entre as folhas, ficava clara em ambas a associação do crime à violência própria do seu autor, indiretamente relacionada à sua aparência física. Distantes do universo de Libindo, muitos dos leitores dos dois jornais tinham assim uma explicação clara e direta para o crime, capaz de reforçar suas certezas.

Não terminava aí, no entanto, a cobertura dos jornais sobre o caso. Na mesma matéria em que justificava o crime pelas características de seu autor, a *Gazeta de Notícias* se preocupava em formar uma visão positiva de clubes como o Amantes de Santa Teresa, que pela notícia teria uma “decente sede social” no morro de mesmo nome. Descrevia por isso a maior parte dos sócios de associações como esta como “gente do trabalho, na maioria operários”, que tinham no carnaval e nos bailes promovidos por tais agremiações a sua maior diversão. Tratava-se, portanto, de um espaço legítimo de diversão para gente como “o modesto e humilde pedreiro, que nos rebocou a parede o mês passado, de calças remendadas e blusa de trabalho”, que em tais clubes conseguia uma diversão capaz de afastá-lo da dureza da vida cotidiana.

De modo ainda mais claro, o *Jornal do Brasil* abria a matéria sobre o caso com uma longa descrição do baile realizado pelos Amantes da Santa Teresa. Assinalava nela a presença de “damas, com suas *toilettes* claras, com fitas de cores vivas”, e de “cavalheiros, vestindo cômodos costumes, de paletó, na sua maioria, também de cores claras, com gravatas vistosas”, com suas “cabeleiras cuidadosamente penteadas em grandes tufos” – em

descrição mais comum às colunas carnavalescas que começavam a noticiar tais bailes do que ao noticiário policial. A valorização daquele espaço fica patente pelo modo respeitoso pelo qual são tratados os que o frequentavam, cujo perfil específico fica indicado apenas pela menção final ao seu cabelo crespo. Por mais que tal descrição pudesse ser lida como ironia por parte de certos grupos de leitores, que talvez considerassem inadequada a tentativa de elevação da vestimenta dos frequentadores de tais bailes, o texto da matéria apresentava o clube como espaço legítimo de lazer dos trabalhadores afrodescendentes da cidade. Como a *Gazeta de Notícias*, o jornal atribuía assim o crime ao desvio de um de seus sócios, que não se adequou à ordem estabelecida por sua diretoria. Sem um juízo final, notícias como estas atendiam assim as expectativas de diferentes grupos de leitores – fossem aqueles propensos a manter uma suspeição permanente sobre os frequentadores de espaços como estes ou aqueles que, por frequentá-los, ansiavam por ver nas folhas uma imagem mais positiva sobre suas associações, que fizesse daqueles crimes simples momentos de desvio de sua ordem regular.

Casos como estes evidenciavam uma lógica que, sem se restringir à cobertura dos pequenos clubes dançantes, iluminava um modo de conceber o noticiário próprio a esses jornais comerciais do período. Por mais que tal perspectiva variasse de intensidade de folha para folha e de caso para caso – fazendo-se menos ambígua e polissêmica em relação a casos envolvendo espaços e práticas mais frequentemente associadas ao perigo na perspectiva letrada, como a capoeira ou as festas do Morro da Favela –, ela apresenta uma forma de testemunho sobre o período que está longe de se encerrar na pedagogia ou na condenação do mundo letrado sobre o universo dos trabalhadores. Ainda que seja bem-definida a perspectiva superior com a qual as folhas e seus redatores costumavam descrever o mundo das ruas, matérias como estas evidenciam que seu esforço pedagógico sobre ele era então matizado pela necessidade de contemplar os interesses e perspectivas daqueles que esperavam atingir com suas luzes – fazendo do próprio noticiário, visto em geral como expressão de condenações e pedagogias letradas, um campo de negociação entre diferentes grupos sociais.

Uma estratégia de sucesso

Exemplos de polifonia e polissemia como esses relativos aos clubes dançantes são marcantes na cobertura feita pelos órgãos da imprensa comercial em relação a muitos outros temas caros aos trabalhadores do período, como o movimento operário, o futebol ou o jogo do bicho. Longe de constituírem acasos ou exceções, esses exemplos evidenciam a sistemática relação estabelecida entre os jornais empresariais e o universo cultural de trabalhadores por vezes pouco familiarizados com a letra escrita. Por mais que fosse através dos ideais iluministas da imprensa que os redatores justificavam e valorizavam o papel de cada folha, na prática era através dessa intensa negociação com seu possível público que elas se afirmavam comercialmente.

Como toda negociação, esta tinha ao menos dois lados, com interesses distintos. Para os muitos grupos de trabalhadores que participavam deste processo, aproximar-se das grandes folhas comerciais era uma forma de garantir seu prestígio e legitimidade. Frente a uma ordem política que abria a eles pouco espaço de atuação e a um projeto cultural cosmopolita que deixava suas formas de lazer, devoção e luta sob constante ameaça, a imprensa se tornou frequentemente aliada na tarefa de tentativa de afirmar a força, singularidade e moralidade de suas práticas, crenças e experiências. Ao mesmo tempo, a projeção alcançada por cada associação servia para distingui-la das demais, garantindo aos grupos que se aproveitavam dessas brechas uma projeção singular. Por mais que este universo contemplasse grande diversidade de grupos e sujeitos, com interesses por vezes distintos, desnudava-se com isso uma lógica da qual se serviram com frequência diferentes parcelas dos trabalhadores da cidade. Não é de se admirar, por isso, que fossem tão frequentes as manifestações de apoio e reconhecimento por parte dos sócios desses clubes aos jornais comerciais da cidade – como aquela feita em 1909 pelos Caçadores da Montanha, que saíram às ruas durante o carnaval cantando os seguintes versos:

Os Caçadores da Montanha
Gozam no mundo delicias.
Viva o deus da folia
E a *Gazeta de Notícias* (CARNAVAL, 16/02/1909).

Além de indicarem um deliberado esforço dos trabalhadores que compunham o grupo em agradar a redação do jornal, versos como estes evidenciam os ganhos que as folhas podiam ter com esta deliberada abertura em relação ao mundo das ruas. Cantadas por trabalhadores pelas ruas, elas viam seu prestígio e popularidade crescer entre um universo social antes distante da imprensa, o que ajudava a garantir a força de suas vendas.

O sucesso de tal postura poderia ser atestado pelo ótimo desempenho comercial da própria *Gazeta de Notícias*, que primeiro deu forma a este modelo comercial no Rio de Janeiro. Em 1881, apenas seis anos após seu lançamento, dois de seus sócios principais – Elycio Mendes e Ferreira de Araújo, que era também diretor de redação – solicitavam ao Juiz de Direito da 1ª Vara Comercial do Rio de Janeiro o direito de pagar os dividendos devidos aos demais sócios, para “chamar a si” o ativo e o passivo social da empresa. Para isso, baseavam-se no artigo 11 de seu contrato social, que lhes facultava assumir o controle total da empresa ao término do prazo do contrato, contanto que pagassem aos sócios comanditários “além do seu capital e lucros nele representados, mais uma indenização ou lucro adicional de 25% do capital, o que valerá como resgate de todos os seus direitos”.⁵ Levando-se em conta que, dos sessenta contos de réis que compunham o capital da empresa, apenas dezoito cabiam originalmente aos dois sócios solidários, verifica-se que o sucesso da folha já lhes permitia alçar voos maiores. Além de terem se capitalizado suficientemente para distribuir tal lucro aos demais sócios, seus dois diretores, ao transformarem uma sociedade em comandita, com investimento de sujeitos diversos, em um empreendimento limitado a eles, que assumiam integralmente os riscos do empreendimento. O êxito da decisão era atestado pelo fato de que o próprio Ferreira de Araújo tenha, em 1896, comunicado às

autoridades municipais ser então seu capital de dois mil contos de réis – em crescimento vertiginoso, mesmo levado em conta os efeitos inflacionários do encilhamento no início da década de 1890.⁶

Sem constituir caso isolado, o bom desempenho da *Gazeta* compunha um quadro mais amplo de crescimento comercial das empresas jornalísticas no final do século XIX e início do XX. Exemplar, nesse sentido, é o caso do *Jornal do Brasil*. Ao fazerem desta aproximação com o universo das ruas o mote principal da folha, os diretores que assumiram a folha em 1894, mais interessados no negócio do que na política partidária, fizeram o jornal pular dos 5.000 exemplares que constituíam sua tiragem em 1891 para os 50.000 registrados no início do século XX por um correspondente estrangeiro (BARBOSA, 2000, p. 34; IMPRESSÕES, 1913, p. 155). O mesmo sucesso comercial se verificaria no jornal *O Paiz* – que em 1904, pouco mais de vinte anos após sua fundação, iniciava as obras para a construção de “um majestoso edifício que para a sua redação e oficinas vai construir na Avenida Central”, que era então dos mais caros endereços do Rio de Janeiro. Junto à pedra fundamental da obra foi enterrada uma caixa de zinco contendo um manuscrito de Quintino Bocaiuva, diretor da folha, na qual ele diz ser o empreendimento fruto do “apoio espontâneo e generoso do povo, a cujos interesses procurou servir” (O NOVO EDIFÍCIO DO PAIZ, 09/05/1904). A suposta fidelidade do jornal ao interesse público se ligaria assim, para o redator, ao êxito empresarial dos novos jornais – em posição que demonstrava como tal sucesso experimentado por alguns veículos de imprensa tinha por base, para muitos contemporâneos, um sugestivo aumento do número de leitores, fruto do sucesso de suas novas estratégias comerciais e ideológicas.

Quando em 1913 foi publicado em Londres um livro destinado a promover o Brasil no exterior, o valor e a força da sua imprensa já eram assim destacados pelo olhar estrangeiro. Embora o texto se iniciasse com o reconhecimento de que “os jornais brasileiros ainda não alcançaram uma circulação proporcional à população do país”, creditava tal característica ao fato de que seria ainda recente sua organização como “indústria de publicidade”, iniciada só após o surgimento da *Gazeta* e de outros jornais “inspirados pelo seu exemplo e animados pelo seu êxito” (IMPRESSÕES, 1913, p. 155).

Àquela altura tratava-se, porém, de modelo vitorioso, que muitos contemporâneos viam como base de afirmação de uma sociedade mais democrática e civilizada. A mesma publicação destacava, nesse sentido, o surgimento de novas folhas voltadas ainda mais claramente para o grande público – casos do vespertino *A Notícia*, fundado em 1894; do *Correio da Manhã*, criado 1901 por Edmundo Bittencourt para defender “as causas que traduzem interesses exclusivamente populares”; e d’*A Noite*, fundado em 1911 por Irineu Marinho, descrito como “um dos jornais mais populares do Rio de Janeiro”. Junte-se a eles *O Imparcial*, fundado em 1912, e estava caracterizada a hegemonia do modelo de relação entre o jornalismo comercial e o universo dos trabalhadores que se consolidou a partir do final do século XIX.

Como resultado desse processo, a imprensa comercial do Rio de Janeiro se configurava, ao longo da Primeira República, em uma arena de disputas múltiplas, na qual diferentes setores e grupos sociais lutavam para se afirmar. Se havia certamente nela muito esforço pedagógico, que visava atacar e civilizar costumes e tradições vistos como bárbaros por setores do mundo letrado, ele se desenvolvia lado a lado com a tentativa de incorporar nas páginas dos jornais e revistas do período estas práticas e as aspirações dos trabalhadores que as patrocinavam, como mostra a cobertura dada pela imprensa ao associativismo dançante. Se podemos de fato entender através deste modelo de jornalismo os projetos de homens de letras e de ciência e os ideais de classe dos empresários e capitalistas que controlavam as folhas, já é hora de os historiadores reconhecerem que seu sucesso estava também amparado por sonhos, aspirações e lutas de sujeitos muito diversos, cujas experiências e projetos estão também registrados nestes testemunhos.

Referências

BARBOSA, M. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, M.; PRADO, M. L. C. (Orgs.). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanita, 2015. p. 114-136.

CARNAVAL. *Gazeta de Notícias*, 16 fev. 1909.

CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COELHO NETTO. Clubs e cordões. *A Noite*, 2 fev. 1922.

COMO SE FEZ A GAZETA DE NOTÍCIAS. *A Notícia*, 2 ago. 1895.

CUNHA, M. C. P. *Liberalismo e oligarquias na República Velha: O Paiz e a campanha do Marechal Hermes da Fonseca (1909-1910)*. 1975. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

DINIZ, E. *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009.

ESTEVES, M. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 jul. 1892; 12 fev. 1896; 18 fev. 1898; 18 fev. 1901; 21 out. 1904.

GRINBERG, K. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, C.; LUCA, T. R. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 119-139.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

IMPRESSÕES do Brasil no século vinte. Londres: Lloyds Greater Britain Publishing Company, 1913.

JOÃO DO RIO. O fim do maxixe. *A Notícia*, 5 ago. 1911.

KIDDER, D. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

LARA, S.; MENDONÇA, J. *Direitos e justiças no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2006.

LIMA BARRETO. Bailes e divertimentos suburbanos. *Gazeta de Notícias*, 7 fev. 1922.

LOPES, A. H. Um forrobodó da raça e da cultura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, p. 69-83, out. 2006.

MACHADO, M. H.. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MENCARELLI, F. *Cena aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas: UNICAMP, 1999.

NEVES, M. S. Uma capital em *trompe l'oeil*. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha. In: MAGALGI, A. M. *et al. Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 253-286.

OLIVEIRA, M. R. de. *A tragédia da rua Januzzi: narrativas sensacionais, justiça, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República*. 2014. 199 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O NOVO EDIFÍCIO DO PAIZ. *Gazeta de Notícias*, 9 maio 1904.

PEREIRA, L. A. de M. No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904-1933). *Revista Brasileira de História*, v. 35, p. 13-33, 2015.

PEREIRA, L. A. de M. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas: UNICAMP, 2004.

PEREIRA, L. A. de M. Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: a massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto. *Projeto História*, n. 14, p. 231-241, fev. 1997.

RECENSEAMENTO do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920. Tomo IV. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1929.

SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, E. *As queixas do povo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Notas

1 ARQUIVO NACIONAL. GIF1 6C 127, 1904.

2 Ver, por exemplo, GAZETA DE NOTÍCIAS, 17/07/1892; 12/02/1896; 18/02/1898.

3 Ver, respectivamente, JOÃO DO RIO, 05/08/1911; COELHO NETTO, 02/02/1922; LIMA BARRETO, 07/02/1922.

4 Conferir, dentre outros, os anúncios publicados no *Jornal do Brasil* nos dias 19 de fevereiro, 15 de outubro e 3 de dezembro de 1910.

5 Juízo de Direito do Comércio, Dr. José Ferreira de Souza Araújo e Elycio Mendes (suplicantes), Manoel José Monteiro Guimarães e outros sócios comanditários (suplicado), 1881, *Arquivo Nacional*, Processos cíveis, n. 4237 – M. 3143, fls. 3 e 7.

6 Ofício de José Ferreira de Souza Araújo, 12 de fevereiro de 1896, *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, "Imprensa e artes gráficas", 44-4-17.

Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Doutor em História Social pela UNICAMP e Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) - Av. Marquês de São Vicente, 225, Gávea - Rio de Janeiro, RJ - Brasil - Cep: 22.451-900.

Recebido em 02/08/2015

Aprovado em 11/01/2016